

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA**

ESTEFFANI DO ESPÍRITO SANTO GOSS

**OS ESPAÇOS DO BRINCAR NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA: UM ESTUDO
SOBRE O LUGAR DA CRIANÇA E A CONSTITUIÇÃO DAS
TERRITORIALIDADES INFANTIS**

FLORIANÓPOLIS

2020

ESTEFFANI DO ESPIRITO SANTO GOSS

**OS ESPAÇOS DO BRINCAR NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA: UM ESTUDO
SOBRE O LUGAR DA CRIANÇA E A CONSTITUIÇÃO DAS
TERRITORIALIDADES INFANTIS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia do Centro de Ciências educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Procópio do Nascimento

**FLORIANÓPOLIS
2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Goss E. S., Esteffani
OS ESPAÇOS DO BRINCAR NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA : :
UM ESTUDO SOBRE O LUGAR DA CRIANÇA E A CONSTITUIÇÃO DAS
TERRITORIALIDADES INFANTIS / Esteffani Goss E. S. ;
orientador, Leila Procópio do Nascimento, 2020.
63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Infância. 3. Território. 4.
Territorialidades infantis. I. Procópio do Nascimento,
Leila . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Pedagogia. III. Título.

ESTEFFANI DO ESPIRITO SANTO GOSS

**OS ESPAÇOS DO BRINCAR NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA: UM
ESTUDO SOBRE O LUGAR DA CRIANÇA E A CONSTITUIÇÃO DAS
TERRITORIALIDADES INFANTIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia, e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2020.

Prof.^a Dr.^a Jocemara Triches
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Leila Procópio do Nascimento
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Luíza Vieira Maciel
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Karina Rousseng Dal Pont
Examinadora
Universidade Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Elisandra de Souza Peres
Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha mãe, uma mulher guerreira que doou-se para me educar e dar suporte em tudo aquilo que precisei. Amo-te.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, ao qual devo minha existência e todas as ricas oportunidades que vivenciei até aqui. Aos meus pais Luiz e Rita que a todo o momento lutaram para que eu pudesse estudar, em especial minha mãe, que sempre acreditou em mim e foi minha incentivadora priorizando meus estudos acima das nossas questões financeiras.

Aos meus irmãos Luiz Henrique, Luiz Antônio Júnior, Ricardo, Richard, Ana Clara e Ana Alice que apesar das diferenças e da distância geográfica que nos separa sempre estiveram e estão presentes em minha vida de alguma forma. Todos vocês foram essenciais para que eu me tornasse quem eu sou. Contem sempre comigo, amo muito cada um de vocês!

Ao meu amado esposo Matheus Eduardo Goss, que com toda paciência e amor caminhou comigo nesta jornada. Esteve sempre atento a me acalmar, trazer motivações, apoiando minhas decisões, entendendo principalmente as minhas ausências necessárias por conta da pesquisa e me acolhendo em meus momentos de cansaço. Amo-te.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pelas ricas vivências e as possibilidades formativas, apesar de o bloco A do Centro de Ciências da Educação ainda apresentar muitas demandas quanto a acessibilidade, materiais e infraestrutura física; agradeço aos docentes do curso de Pedagogia que enfrentam cotidianamente esses problemas e fazem ‘dissolver’ tantos dilemas diante das aulas tão nos proporcionando uma formação de qualidade.

Agradeço imensamente à professora Leila, que gentil e prontamente atendeu ao meu pedido de orientação e com seu olhar, experiências e saberes contribuiu de forma significativa em todo processo de escrita e amadurecimento dos objetivos traçados para essa pesquisa. Às professoras convidadas Luíza Vieira Maciel, Karina Rousseng Dal Pont e Elisandra de Souza Peres por aceitar nosso convite para compor a banca de apresentação desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço cada uma das minhas colegas de turma do ano 2015/1. Juntas passamos por muitos ‘altos e baixos’ para cursar Pedagogia, afinal não foi fácil conciliar disciplinas, projetos, pesquisas, estágios e ainda família, vida social, dentre tantas outras demandas da vida. Todavia, foi delicioso e gratificante crescer intelectualmente em meio a tantos desafios.

Dedico também este trabalho cheio de afeto às crianças que convivi neste processo de formação e as instituições de ensino que abriram essas possibilidades. Foram muitos desafios, mas que contribuíram para que eu me tornasse uma professora que tem prazer no que faz e ama à docência, as rotinas da sala de aula, a busca pela constante inovação.

Ao longo desses anos de graduação nunca caminhei sozinha. Uma pesquisa acadêmica exige esforço e dedicação de quem a elabora. Mas, para além dos livros foi indispensável a contribuição de diversas pessoas seguramente se apresentaram como alicerce estruturante nesse processo de desenvolver a pesquisa e me tornar pesquisadora. Por isso dedico profundo agradecimentos, à todos(as) que de diversas formas colaboraram nesse momento tão importante de meu processo formativo; que fecha um ciclo e abre novas perspectivas quanto a minha profissão.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho carinhosamente à ‘minha’ comunidade, a linda comunidade onde nasci: Nova Esperança. E à todos os moradores que de certa forma me motivaram a escrever sobre esta temática. Por todas as memoráveis trocas de experiências vividas neste espaço e às pessoas envolvidas em prol dessa e de outras comunidades, que fazem história lutando pelo direito básico de moradia, saneamento, saúde, educação e lazer. Devemos continuar lutando a cada dia pela garantia dos nossos direitos!

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de conclusão de curso sobre as infâncias vividas na comunidade Nova Esperança localizada no bairro Monte Cristo, região continental do município de Florianópolis. No desenvolvimento deste tomamos como eixo investigativo as infâncias e as territorialidades infantis, com abordagem qualitativa e exploratória. Foi realizado pesquisas bibliográfico e registros in loco, que nos auxiliam a fazer uma análise sobre as experiências de infâncias vivenciadas nesta comunidade. Utilizamos como referencial teórico Caldeira (2010), Alcubierre (2017), Callai (2004), Fernandes e Kuhlmann Júnior, Lopes e Vasconcellos (2006), Santos(2006) dentre outros. Traçamos como objetivo geral fazer uma análise sobre as experiências de infância dos(as) moradores (as) da comunidade Nova Esperança desde a fundação como comunidade até o ano de 2019, nesse sentido esta pesquisa busca a valorização das vivências infantis em um território do perímetro urbano, explorando a forma como as infâncias são territorializadas e como elas também territorializam os espaços. Buscamos valorizar as experiências infantis, pois as crianças são produtoras de culturas e nas suas múltiplas formas de brincar exploram e se apropriam dos lugares. O texto apresenta no capítulo dois, um breve histórico das questões relacionadas à moradia na cidade de Florianópolis, a fim de mostrar em que contexto emergiu o território denominado Nova Esperança. No terceiro capítulo contextualizamos sobre a infância e apresentamos essa infância vivenciada na comunidade Nova Esperança, dialogando com o importante conceito da Geografia da Infância, que são as Territorialidades Infantis. Diante das discussões suscitadas compreende-se que essa pesquisa possa contribuir no sentido de perceber as Territorialidades vivenciadas pelas crianças, buscando desta forma a reconhecer suas vivências, pois estas a constituem enquanto sujeito e colaboram na formação da sua identidade enquanto sujeito.

Palavras chaves: Infância, Território, Territorialidades infantis.

ABSTRACT

This work is the result of a course completion research on childhoods experienced in the Nova Esperança community located in the Monte Cristo neighborhood, a continental region in the municipality of Florianópolis. In the development of this, we take childhood and children's territoriality as an investigative axis, with a qualitative and exploratory approach. Bibliographic searches and on-site records had been carried out, which help us to analyze the childhood experiences lived in this community. We used Caldeira (2010), Alcubierre (2017), Callai (2004), Fernandes and Kuhlmann Júnior, Lopes and Vasconcellos (2006), Santos (2006) as others as theoretical references. We set as a general objective to make an analysis on the childhood experiences of the residents of the Nova Esperança community since the foundation as a community until the year 2019, in this sense this research seeks the valorization of children's experiences in a perimeter territory urban, exploring how children are territorialized and how they also territorialize spaces. We seek to value children's experiences, as children are producers of cultures and in their multiple ways of playing they explore and take ownership of places. In chapter two, the text presents a brief history of issues related to housing in the city of Florianópolis, in order to show in what context the territory called Nova Esperança emerged. In the third chapter, we contextualize childhood and present this childhood experienced in the Nova Esperança community, dialoguing with the important concept of the Geography of Childhood, which are the Children's Territorialities. In view of the discussions raised, it is understood that this research can contribute towards perceiving the Territorialities experienced by children, thus seeking to recognize their experiences, as they constitute it as a subject and collaborate in the formation of their identity as a subject.

Keywords: Childhood, Territory, Children's territories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aumento expressivo da chegada de migrantes em Florianópolis.....	24
Figura 2: Desafios enfrentados pela população migrante.....	28
Figura 3: Imagem aérea da comunidade	30
Figura 4: A luta dos migrantes por terra.....	30
Figura 5: Atendimento precário	31
Figura 6: Imagem da parede de uma das casas, na comunidade Nova Esperança	35
Figura 7: Servidão irmã Dulce em 1995	36
Figura 8: Servidão Irmã Dulce em 2020.....	36
Figura 9: Canteiros paisagísticos.	37
Figura 10: Imagem da comunidade Nova Esperança	38
Figura 11: Servidão Madre Tereza de Calcutá	38
Figura 12: Retrato de crianças na comunidade.....	46
Figura 13: Aniversário	47
Figura 14: Brincadeira de pega-pega.....	47
Figura 15: Futebol na rua do meio	48
Figura 16: Brincadeira de pular corda no meio da rua	48
Figura 17: Brincadeiras noturnas	50
Figura 18: Rua do meio.....	51
Figura 19: Distribuição de lanches e brinquedos	53
Figura 20: Dia das crianças	53
Figura 21: Oficinas recreativas	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEN- Departamento de Metodologia e ensino

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

CAPROM- Centro de Apoio e Promoção do Migrante

CELESC- Centrais de Elétricas Santa Catarina

COHAB-SC- Companhia da Habitação de Santa Catarina

ELETROSUL- Centrais Elétricas do Sul

PMF- Prefeitura Municipal de Florianópolis

SST- Secretaria Social, Trabalho Assistência e Habitação

TELESC- Telecomunicações de Santa Catarina S.A

RI- Repositório Institucional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	17
2	O DESENVOLVIMENTO DE CIDADE FLORIANÓPOLIS DURANTE O SÉCULO XX E A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA	20
2.1	A constituição da comunidade Nova esperança: a territorialidade infantil nesse contexto	29
3	AS TERRITORIALIDADES INFANTIS: NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA	40
3.1	AS TERRITORIALIDADES INFANTIS POR MEIO DO BRINCAR NA COMUNIDADE NOVA ESPERAÇA.....	46
3.2	AÇÕES EDUCATIVAS NA COMUNIDADE.....	52
4	CONCLUSões.....	55
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso traz o resultado de uma pesquisa sobre o uso do espaço geográfico e espaço vivido pelas crianças na constituição da comunidade Nova Esperança. O interesse por esse tema surgiu na 5ª fase do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no primeiro semestre de 2017. A partir de uma proposta de trabalho interdisciplinar, das seguintes disciplinas: Literatura e infância, Geografia, Infância e Ensino, e História, Infância e Ensino, ministrada pelos respectivos professores, Eliane Debus, Orlando Ednei Ferretti e Elison Paim. A atividade desenvolvida em conjunto por esses componentes curriculares tinha por título: “A cidade: Memória, paisagem e literatura”, cuja intenção desta proposta, teria por objetivo provocar nos estudantes um olhar atento à cidade, buscando assim uma aproximação com a territorialidade. Os lugares a serem escolhidos para esta proposta se delimitaram a cidade de Florianópolis, podendo ser um ponto turístico, uma praça, um parque, um bairro, enfim algum espaço deste município que nos traz algum tipo de vínculo ou desvelo. O produto final do mesmo seria a elaboração de um vídeo documentário, sobre esse lugar escolhido e um trabalho descrevendo a metodologia utilizada para construção do material, englobando elementos da literatura infantil.

Esta proposta provocou-me um processo de reflexão. Como poderia apresentar outro espaço na cidade, se não conhecia as histórias do lugar de onde eu nasci e cresci? Tal inquietação proporcionou aspiração de falar sobre o lugar de onde vim, pois durante toda a minha trajetória escolar na educação básica nunca obtive a oportunidade de estudar de forma concreta a história da minha rua ou do meu bairro e tão pouco da minha cidade, as poucas vezes que foram trabalhadas de forma específica, ocorreram somente próximo ao aniversário de Florianópolis, explorando dados importantes da nossa cultura e folclore e ainda assim as discussões não chegavam próximo ao estudo das realidades e das especificidades que estavam presentes no cotidiano das vivências que estavam ocorrendo ao nosso redor na cidade.

Compreender o lugar em que vive permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem. Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, é repleto de história e com pessoas historicamente situadas em um espaço maior, mas por hipótese alguma é isolado (CALLAI, 2000, p.72).

Notabilizo que este território localizado no perímetro urbano se constituiu a partir de movimentos de resistência e luta por moradia. Dentro do bairro Monte Cristo, que já é uma fração da cidade, a marcas de divisões em pequenas comunidades, são elas: Pasto do gado, Grota, Panorama, Nova Esperança, Santa Terezinha (conhecida também por favelinha), Chico Mendes, Novo Horizonte e parte do Sapé, todas estas comunidades compõem o bairro e se constituem como territórios, cujas nomenclaturas não estão postas nos mapas, mas são percebidas pelos sujeitos que ali vivem seu cotidiano, formando a partir dos seus vínculos com o lugar às territorialidades.

Desta forma, este primeiro trabalho tornou meu olhar mais sensível em vários aspectos, provocando-me para a construção dos questionamentos que me levaram a elaboração deste TCC. Destaco o quanto o lugar em que vivemos nossa vida, imprime em nós marcas culturais e modos de viver, contribuindo assim na formação da nossa identidade. A categoria lugar, na perspectiva da geografia não constitui-se apenas do espaço físico, mas também engloba as histórias e as experiências vividas. Para; MENDES (et al, 2017, p. 158),

O Lugar gera laços tão essenciais para os seres que estes passam a se identificar a partir dele, a afetividade e o pertencimento resultam na configuração da identidade de cada residente como membros de um determinado grupo social. O interesse da ciência geográfica pelo Lugar em grande parte se dá justamente pela busca das relações identitárias entre os sujeitos e o espaço que estes habitam e se relacionam, gerando as mais diversas experiências socioespaciais.

Antes de iniciar esta pesquisa possuía preconceito relacionado ao bairro onde residia. Essa percepção ocorria por conta da estigmatização advinda da mídia local e do senso comum, taxando o bairro Monte Cristo como um lugar perigoso, onde há confronto entre facções rivais, lugar este onde a passagem deve ser evitada por conta da marginalidade, oriunda principalmente do tráfico de drogas. Contudo, esta marginalidade difundida, pelos canais de comunicação locais, em relação a este lugar não representa a grande parcela de famílias de trabalhadores e que ali residem, e ao explorar a historicidade desta comunidade, construí outros olhares sobre a mesma. Portanto para que possamos conhecer este lugar,

precisamos nos debruçar sobre o seu contexto constitutivo e na especificidade desta pesquisa partimos do seguinte objetivo geral:

Fazer uma análise sobre as experiências das infâncias dos(as) moradores(as) da comunidade Nova Esperança desde a sua constituição como comunidade até o ano de 2019.

E os objetivos específicos são:

- a) Pesquisar a história e constituição do espaço geográfico da comunidade Nova Esperança a partir de sua fundação e de seus atores;
- b) Fazer reflexões sobre os conceitos de infância e territorialidades infantis
- c) Desenvolvendo um estudo e reflexão sobre as categorias de análise da Geografia e a relação com o espaço vivido pelas infâncias;

No segundo capítulo ‘O desenvolvimento da cidade Florianópolis durante o século XX e a constituição da comunidade Nova Esperança’, iremos apresentar a história da constituição da comunidade Nova Esperança e seus atores. A comunidade se situa no bairro Monte Cristo, região continental da cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, ressaltando um enfoque do uso dos espaços públicos vividos pelas infâncias nesta comunidade desde sua constituição territorial. Fazendo assim um recorte de um período que compreende o final da década de 1980 época e início da década de 1990 onde emergiu a comunidade até os dias de hoje, ano de 2019. Atentaremos também, para a conjuntura migratória no estado de Santa Catarina, onde o principal destino era a capital, sendo importante o movimento em busca da discussão do uso do solo urbano, para atender as demandas de novos moradores que chegam na cidade.

Para a composição das informações que gerou o terceiro capítulo ‘As territorialidades infantis: na comunidade Nova Esperança’, voltamos nossa reflexão sobre as territorialidades infantis, bem como as infâncias construídas no e pelo espaço vivido. Para tanto, buscamos dissertar sobre a concepção de territorialidades infantis e a especificidade da infância. Nesse processo foi imprescindível trazer para o diálogo o conceito de infância. Fundamentamos-nos na perspectiva do conceito de infância historicamente construído. Para Fernandes de Kuhlmann Júnior (2004, p.29), “a infância é um discurso histórico cuja

significação está consignada ao seu contexto e as variáveis de contexto que o definem”, partindo deste pressuposto cada lugar possui seu(s) contexto(s) com condições sociais que geram uma forma singular de vivenciar a(s) infância(s).

Na perspectiva da ciência geográfica foi imprescindível da mesma forma estudar e dialogar nesse texto sobre algumas categorias de análise da geografia, tais como: espaço geográfico, lugar, paisagem, território e territorialidade que permeiam o entendimento sobre a geografia da infância, especialmente no que tange à compreensão das territorialidades infantis e a constituição da infância no espaço de vivência. Com o intuito de fomentar este diálogo, nos fundamentamos nos escritos de Jader Lopes, Tânia Vasconcellos, Paulo Ghiraldelli, Orlando Ferretti dentre outros citados que trazem um grande aporte teórico que nos auxiliam a perceber as singularidades das infâncias em uma comunidade, quais as características e os tensionamentos que se configuram nesses espaços.

Na continuidade deste capítulo buscamos trazer registros de imagens sobre o uso do espaço na comunidade Nova Esperança, através das de pessoas, sobre as experiências no espaço vivido pelas crianças pertencentes à essa comunidade. O elemento principal era capturar nas narrativas dos sujeitos a percepção de infância de cada indivíduo. Não foram realizadas entrevistas. Foram realizados registros in loco de falas/narrativas de adultos e crianças que estavam a usar o espaço público (rua ou praça pública, parques).

Entendemos que ao nos valermos dos registros da observação in loco estamos dando margem a uma possível subjetividade reflexiva sobre as narrativas. Mas, ao mesmo tempo entendemos que essa forma de registro contribui para uma aproximação com a geografia vivida, uma geografia das emoções que valoriza o local, o espaço sentido e vivido pelos sujeitos que o constituem. Essa reflexão parte do pressuposto que cada infância é singular pois ela descende de uma determinada condição social, costumes, crenças, épocas e etc.

Mesmo vivendo sobre o mesmo contexto, cada criança terá uma percepção singular das suas experiências de infância e vai poder nos contar o quanto o lugar influenciou e influência na maneira de vivenciar a mesma.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para CÓRDOVA e SILVEIRA (2009) a pesquisa é um processo permanentemente do inacabado, de forma que no próprio processo a pesquisa e o pesquisador experimentam nuances, transformações, saltos qualitativos importantes. Partindo dessa perspectiva e objetivo deste trabalho, foi essencial caracterizar essa pesquisa como de caráter qualitativo. Especialmente, porque nessa forma de classificação de pesquisa a principal ferramenta é o próprio pesquisador, pois é ele quem faz à seleção dos dados coletados buscando os conceitos, princípios, as relações e os significados que irão nortear a pesquisa proposta a investigação do objetivo em questão.

Outro aspecto importante sobre a forma de análise qualitativa é seu uso no campo das ciências sociais, a partir da observação e das formas conceituais entre o que é empírico (relativo) e o desenvolvimento teórico. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais segundo CÓRDOVA e SILVEIRA (2009). Esta pesquisa tem por objetivo ser exploratória:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p.41).

Observei que cada lugar possui as suas particularidades, seus traços e suas características e as imprime nos sujeitos que ali vivenciam. Ressalto a importância e a emergência de valorizar cada sujeito compreendendo que a territorialidade igualmente o constitui, sendo responsável no seu processo de desenvolvimento, pois VYGOTSKY (VYGOTSKY apud OLIVEIRA, 1997) afirma que somos seres históricos culturais, as culturas e o que vivenciamos fazem parte da forma como nos constituímos frente a sociedade bem como também somos produtores de culturas caminhando nesta dualidade de receber e contribuir nos formamos e reinventamos a nossa geração e as próximas que ainda virão.

Na particularidade desta pesquisa, buscando atender à temática cujo nosso foco são as crianças e as Territorialidades Infantis, realizo pesquisas bibliográfica há autores que

argumentam de forma relevante sobre esta temática, referente às crianças e as infâncias apesar de ser um objeto de estudo relativamente novo, encontramos diversas produções acadêmicas que facilitam a compreensão do âmbito de produções relacionadas compreender o surgimento do sentimento de infância.

Utilizei como fonte de coleta de dados revistas científicas, artigos acadêmicos, fotos, vídeos e trabalhos de conclusão de curso, teses de mestrado e doutorado do Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Santa Catarina.

De abril a junho de 2017 para um trabalho interdisciplinar das disciplinas de Literatura e infância, Geografia, Infância e Ensino, e História, Infância e Ensino, iniciei a coleta de dados referente a constituição do espaço geográfico da comunidade Nova Esperança, para isso, conversei informalmente com algumas moradoras. No decorrer destas conversas estas me mostraram seus álbuns com fotos referente a momentos familiares, como festas de aniversário, momentos de lazer e brincar na comunidade, essa troca de vivências entre diálogo e imagens foi extremamente enriquecedora e trouxe subsídios que me impulsionaram a desenvolver esta pesquisa de conclusão de curso, por isto justifico a baixa qualidade e até mesmo a falta de tratamento nas imagens, pois por serem recordações as pessoas prefeririam manter em seus álbuns.

As fotos de momentos de lazer a brincadeira na comunidade são datadas entre os anos de 1995 a 2020 e expressam algumas relações do brincar nesse lugar, que é pequeno, limitado aos nossos olhos adultos, mas é um espaço territorializado pelas infâncias.

No segundo capítulo busco caminhar a partir dos seguintes questionamentos: Quais as características habitacionais de Florianópolis no século XX? Como se constituiu este movimento de ocupação na capital? Quem são e qual a origem (cidade anterior) desses sujeitos sociais? Como ocorreu o processo de constituição desta comunidade? Quais seriam os espaços destinados para a infância neste território?

Para a constituição das informações que gerou o terceiro capítulo ‘As territorialidades infantis: na comunidade Nova Esperança’, mantemos uma metodologia similar à supracitada para o capítulo dois, somando elementos como voltados para a análise e

reflexão sobre as territorialidades infantis, bem como a infância construída no e pelo espaço vivido. Para tanto, buscamos dissertar sobre a concepção de territorialidades infantis e a especificidade da infância. Nesse processo foi imprescindível trazer para o diálogo o conceito de infância.

2 O DESENVOLVIMENTO DE CIDADE FLORIANÓPOLIS DURANTE O SÉCULO XX E A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA

No decorrer do século XX, o Brasil iniciou o processo de industrialização, em decorrência das transformações em seu espaço geográfico e mudanças quanto ao desenvolvimento da urbanização das sociedades. Tais mudanças atraem os migrantes oriundos do campo para as cidades metropolitanas. OLIVEN, 2010, destaca sinteticamente alguns pontos que se refere a esta mudança do meio rural para a cidade;

A transformação do Brasil em uma sociedade cada vez mais “urbana” ocorre através de vários processos. O primeiro é constituído pela ainda incipiente penetração de relações capitalistas no campo, acarretando a proletarização dos camponeses e agricultores mais pobres que acabam migrando para as cidades em busca de trabalho [...] O segundo se manifesta pela pressão sobre a terra causada em certas áreas rurais, onde a introdução (através da cidade) de melhoramentos sanitários e higiênicos (vacinas, antibióticos, etc.) ocasiona uma diminuição da mortalidade infantil e um conseqüente aumento de população que não é absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural [...] O terceiro processo consiste na expansão das fronteiras agrícolas às quais pessoas atingidas pelos dois processos anteriores migram em busca de novas terras, atingindo assim frequentemente as já diminutas populações indígenas com conseqüências fatais para as últimas [...] Finalmente, o quarto processo é representado pela atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa (OLIVEN, 2010, p. 64).

Essas condições de acesso à moradia para estes novos habitantes das cidades ocorrem de maneira precária, tendo em vista que o processo migratório traz uma demanda populacional expressiva do qual a estrutura urbana precisa atender, mas tal demanda populacional geralmente não acompanha os planejamentos urbanos das grandes cidades brasileiras tornado um processo lento.

Sem uma política habitacional, infraestrutura básica e emprego disponível para a grande massa de trabalhadores, agora vivendo nos centros urbanos, agora sem quaisquer meios produtivos, proporcionou-se um conjunto de problemas econômicos, sociais e ambientais, desencadeando processos de ilegalidade no acesso à cidade, precarização das condições de moradia e limitadas condições de vida, levando a um processo elevado de exclusão e a um aumento na desigualdade social (SANTOS, 2015, p. 12).

Até meados do século XX a cidade de Florianópolis – por ser uma ilha – seu acesso era limitado ao transporte marítimo. Tão somente em 1926, inaugurou-se a ponte Hercílio Luz, primeira junção entre ilha e continente, facilitando o acesso para pedestres e veículos. Outros serviços como água encanada, esgoto e energia elétrica também passam a ser fornecidos à população. No período que compreende o final do século XX, mais precisamente da década de 1970 em diante a cidade encetou o crescimento quanto a sua população e estrutura de forma ainda mais acentuada.

Florianópolis entrou no século XX com profundas mudanças na fisionomia da cidade e no modo de vida da população. A antiga iluminação a querosene fora substituída pela iluminação elétrica, os bondes puxados por burros passaram a transitar pelas principais ruas, até que desapareceram, visto que surgiram os veículos automotivos (AGUIAR, 2014, p. 39).

O poder público almejava por meio destas mudanças estruturais a modernização, alterando muitos espaços da cidade, em anseio por seu desenvolvimento econômico, político e administrativo. Concedendo a pacata Florianópolis a consolidação do seu status de capital do estado. A capital, que até então se limitava a ilha, em 1943 incluiu o continente em seu espaço geográfico, que antes pertencia ao município de São José, assim modificando o mapa da cidade.

Esse encaminhamento tinha a intencionalidade de promover o início dos primeiros projetos arquitetônicos que pretendiam facilitar o acesso viário entre ilha e continente. Devido às características físicas e territoriais de acordo com SUGAI (2002, p.31) “a integração poderia ocorrer, por exemplo, através do transporte marítimo, trens urbanos ou, ainda, de transporte intermodal, etc; ao longo dos 50 quilômetros das Baías Norte e Sul”. Contudo, houve declínio e término das atividades portuárias na capital, em detrimento do desinteresse por parte da população que ocorreu de forma progressiva. O desdém ao transporte marítimo iniciou antes mesmo da construção da Ponte Hercílio Luz, pois conforme COCCO (2016), “a localidade do Estreito (atualmente, parte continental do município de Florianópolis), por exemplo, tornou-se ponto de convergência de viajantes e pessoas que transitavam a pé, a cavalo ou em carroças e que antes da construção da Ponte Hercílio Luz, ficavam à mercê do bom tempo para fazer a travessia do continente para a ilha,” tal situação tornou essencial a construção de hotéis e quartos de pensão para que as pessoas, principalmente os viajantes pudessem aguardar até que

as condições se tornassem seguras para continuar seu trajeto de travessia do continente para ilha e o mesmo ocorrerá inversamente. Sucederam também diversos acidentes com as embarcações, há registros de suas operações, inclusive com mortes de operadores e passageiros (COCCO, 2016), como percebemos a preponderância na atualidade tem maior ênfase no uso do transporte viário.

Muito embora as lanchas de passagem fossem uma alternativa para o transporte de pessoas, mercadorias e até carroças, a precariedade foi uma marca do serviço do seu início até sua decadência, com reclamações dos usuários referentes aos horários, à baixa velocidade, à demora na partida das embarcações e com relação à segurança do serviço. Ademais, no tocante ao transporte marítimo, esse transporte através de pequenas embarcações não possuía a frequência dos atuais sistemas de transporte público, nem a velocidade, nem a constância do atendimento, segundo as necessidades do atual estágio de desenvolvimento. As lanchas de passagem, por exemplo, concentravam-se no deslocamento entre o canal Estreito-Ilha, mas a acessibilidade a esse serviço carecia de um serviço auxiliar de transporte terrestre (COCCO, 2016, p. 69).

As obras planejadas e realizadas incluíam a colocação de aterros em diversos bairros e outros espaços de uso público a Prainha, Mercado público, Beira Mar Norte, Beira Mar Continental dentre outros espaços. Os aterros serviram de base para novas estradas e a construção de elevados a partir das pontes: ‘Colombo Salles’ que foi inaugurada em 1975 e a ponte ‘Pedro Ivo Campos’ concluída em 1991. Essas obras tinham o intuito de melhorar o acesso ilha-continente e possibilitar maior intercâmbio comercial de mercadorias e produtos provenientes das zonas industriais do estado. É importante ressaltar que nesse interim, a ponte Hercílio Luz¹, que até a década de 1970, era único meio de integração entre ilha e continente, contudo a mesma apresentou sinais de desgastes, sendo fechada ao tráfego pela primeira vez em 1982, por conta da deterioração das barras de olhal, sendo reaberta somente para pedestres, bicicletas, motocicletas e veículos de tração animal em 1988, em julho de 1991 foi interditada novamente para retirada de seu piso asfáltico. A implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1960 em Florianópolis e a transferência da Central de Elétricas S. A.

¹ A Ponte Hercílio Luz é um importante ponto turístico de Florianópolis, há vinte oito anos vem passando por um processo de reforma e restauração, somente no dia 30 de dezembro de 2019 foi reaberta para a travessia de pedestres. Sua restauração completa segundo as autoridades responsáveis ficará pronta em 20 de março de 2020. Disponível em: <http://www.deinfra.sc.gov.br/hercilioluz> acesso em 04 jan., 2020.

(ELETROSUL) em 1969, e a instalação de empresas estatais CELESC e TELESC, foram outros marcos importantes, neste processo de desenvolvimento.

Devido ao fato de não se ter desenvolvido indústria consistente, a capital de Santa Catarina se destinou ao funcionalismo público, comércio, serviços e posteriormente ao turismo. Por volta da década de 1960, Florianópolis era uma cidade fortemente voltada ao serviço público e à instalação de algumas instituições estatais como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Eletrosul, o que atraiu um grande contingente de funcionários públicos originários de fora da Ilha (SANTOS, 2015, p. 24).

Contudo a cidade de Florianópolis não se desenvolveu apenas por estes fatores, ou melhor, dizendo por conta dessas obras. Mas, citemo-las pela extrema importância que significaram tanto no processo de urbanização como na articulação comercial desta cidade com o restante do estado, quicá do país, especialmente pela particularidade da geografia colocada pelo fato de ser uma ilha. Somando-se a isso, as obras supramencionadas colaboraram de maneira significativa para o processo migratório de pessoas de outras partes do Estado de Santa Catarina e outros estados-brasileiros. Nesse contexto o processo de desenvolvimento da capital do estado se apresentava como uma nova oportunidade de vida, por deflagrar novas oportunidades de trabalho e uma possibilidade latente de melhoria das condições financeiras e de qualidade de vida. A cidade se mostra como um espaço cada vez mais atrativo. SANTOS (2015, p. 25) explica que:

A região passou a vivenciar um explosivo desenvolvimento urbano-turístico, gerando emprego e renda à população. Surgiram os empreendimentos imobiliários, edifícios residenciais, hotéis, pousadas, loteamentos, conjuntos habitacionais e serviços diversos. Com a vinda dos turistas ocorreram profundas transformações, tanto à população local quanto ao meio ambiente. O turismo e as atividades a ele associados passaram progressivamente a fortalecer a economia na região, beneficiando o comércio, a vida dos nativos e veranistas locais.

A antiga cidade “[...] pacata cedeu lugar a uma ambientação de cidade grande, agitada e em modernização, que vai sendo mais conhecida a partir dos anos de 1990” (SANTOS, 2015, p.26,) como a “Capital do Turismo do Mercosul” (FANTIN, 2000). E diante do crescimento, o status de “ilha da magia” recebido pela cidade em virtude de suas belas paisagens somado ao slogan a “Capital do Turismo e do Mercosul”, tornou-se cada vez mais difundido pela mídia, supervalorizando os terrenos pela especulação imobiliária. Fantin

(2000, p. 38), explica que no espaço urbano, a vinda dos moradores imprimiu um novo ritmo na urbanização “[...] com mudanças no cenário da cidade, nos bairros, nas ruas, nos morros. Muitas das chamadas servidões – sinuosas e estreitas ruas que recortam o tecido urbano da Ilha – passam a ter outro perfil”. O interesse no lucro e no capital advindo da venda de terrenos fez o mercado imobiliário desconsiderar e desrespeitar espaços que deveriam ser de preservação. Florianópolis se dissemina como uma cidade de alto padrão se torna cada vez mais caro viver e se manter, especialmente para classe trabalhadora. A capital a partir das décadas 1970 a 1990 recebe a cada ano, números expressivos de turistas e novos moradores. Conforme aponta-o noticiário abaixo:

Figura 1: Aumento expressivo da chegada de migrantes em Florianópolis



Fonte: Escritos em movimento², 2016

A matéria registrada no jornal O Estado, que data em janeiro de 1989, deflagra a situação do contingente migratório naquele período afirmando que “o número de migrantes

² Escritos em Movimento é um Projeto de Extensão do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como entidade parceira o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) do Centro Sócio-Econômico (CSE), e apoio do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) e da Revista Pobres & Nojentas. O projeto tem como objetivo principal dar tratamento jornalístico e, assim, propiciar visibilidade a testemunhos que relatam e interpretam a luta pela reforma urbana em Florianópolis, a qual, a partir dos anos 1980, reuniu pessoas e movimentos que, ao longo dos anos, continuam a atuar, especialmente na habitação e meio ambiente, buscando se contrapor aos discursos e práticas dos atores hegemônicos em relação ao crescimento/desenvolvimento de Florianópolis. Outro objetivo é produzir análises de mídia, com ênfase nos veículos de comunicação de Florianópolis, sobre essa temática. Disponível em <http://escritosemmovimento.blogspot.com/p/fotos.html> acesso 20 maio de 2019.

chegando na cidade, atingiu a marca de 15 pessoas por dia e cada dia que se passava este número só aumentava” relatando ainda que sem uma política ordenada para o setor, os migrantes acabam em sub habitação na periferia e realizando os ‘biscates’³ para sobreviver. Tal população que aqui reside ou vem a residir, mantém-se com recursos oriundos do comércio, funcionalismo público, turismo ou é resultado das grandes obras realizadas na cidade. Sob este contexto que chega o migrante, “cuja mão de obra é barata e desqualificada, o que lhe gera a opção de subempregos, sem a estabilidade”. Conquanto a cidade passe a ter uma maior concentração populacional, agravando assim os seus problemas de assistência a esta população fragilizada, pois quanto maior o número de moradores, mais terá de ser a demanda de investimentos em saneamento básico, transporte, educação, saúde e demais direitos essenciais para condição da qualidade de vida.

A habitação entendida não apenas como moradia, mas como um conjunto de elementos ligados a saneamento básico, serviços urbanos, educação, saúde, dentre outros, constitui um dos mais graves problemas com que se defronta a sociedade brasileira, decorrente do caráter intenso e concentrador que marcou o processo de urbanização e industrialização no país. A total dificuldade de associar a oferta de moradias, infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos coletivos suficientes, têm colocado a grande maioria das classes subalternas em situação de extrema vulnerabilidade (RIBEIRO, 2007, p. 01).

Florianópolis não contava com um planejamento urbano equiparado ao crescimento progressivo que foi ocorrendo ao longo dos anos, sendo assim os bairros até então afastados foram sendo ocupados e a cidade foi se expandindo para além da sua região central.

Com a vinda dos turistas e migrantes, o setor imobiliário aproveita a oportunidade para lucrar, os terrenos em Florianópolis foram sendo supervalorizados, tornando muito caro adquirir uma propriedade ou até mesmo morar de aluguel, e locais dos quais deveriam ser preservados, tornaram-se ilegalmente ocupados. A moradia passa a ser mais uma mercadoria a ser negociada conforme as regras do sistema.

³ Trabalho informal

Assim, a construção de uma cidade elitizada, nas últimas décadas, é parte do processo de consolidação da “cidade-mercadoria” de forma muito visível, que resulta espacialmente, em uma elitização da porção insular da cidade, que tem como contrapartida a explosão dos moradores pobres para a área continental. Tanto na pequena porção que faz parte da capital, quanto nos municípios vizinhos, onde se concentram a maior parte dos assentamentos precários (CANELLA, 2016, p. 271).

A fim de compreender os princípios desses movimentos migratórios rumo a capital, é necessário voltar (mesmo que de maneira breve neste texto) nosso olhar para as problemáticas vivenciadas por estas populações em suas cidades de origem. O que os motivou ao êxodo rural no estado de Santa Catarina.

A intencionalidade destas pessoas ao se deslocar era e é buscar uma boa qualidade de vida, oportunidade de crescimento e bem-estar social. O fluxo migratório oriundo de outras cidades do estado com volume significativo começa com intensidade por volta das décadas de 1970 a 1990, a maioria destas pessoas são das regiões do Vale do Itajaí, Serrana e oeste do estado. Nesse sentido, MARINUCCI e MILESI (2005, n.p.), salientam que a migração.

[...] tem ocorrido historicamente em diversas locais no mundo, pode ser classificada como voluntária ou forçada, pois é um fenômeno desencadeado por alguma motivação seja como as guerras, a política, a fome, a escassez de água, o desemprego, os desastres naturais e as perseguições religiosas.

Uma das circunstâncias da vinda de migrantes da região serrana do estado de Santa Catarina ocorreu a partir da denominada “crise da madeira” na região de Lages e municípios vizinhos. O setor madeireiro se caracterizava pelo extrativismo, percebeu em um dado momento o esgotamento da sua matéria prima, não restando alternativa a não ser demitir a maioria dos trabalhadores desse ofício.

Na década de 1980, a madeira nativa foi tornando-se escassa e muitas das serrarias foram desativadas, causando aumento no desemprego da região. Alguns municípios da região chegaram a abrigar mais de cem serrarias na década de 1960, reduzindo para menos de uma dezena nos anos 1990 (JESUS, 1991). Praticamente todos os empresários do ramo da madeira eram extrativistas, não se importando com a reposição do estoque de madeira explorado e simplesmente migrando para outra área quando as reservas se esgotavam. Esse processo continua ocorrendo no Brasil (GEISER, CAZELLA, 2007, p. 06).

Sem ter emprego naquilo que lhe gerava proventos, partes destes trabalhadores serranos buscaram uma nova oportunidade de renda ao vir para a capital. Outro público que também veio para Florianópolis neste mesmo período, final da década de 1980, foram os agricultores que geralmente eram empregados da terra de outrem ou possuíam pequenas propriedades de agricultura familiar, mas com a adesão ao processo de modernização do maquinário, se desencadeou a agro industrialização. Que ocorreu a partir da década de 1960, uma parcela dos pequenos produtores subordinou-se ao setor industrial, seguindo padrões técnicos ditados pelas empresas (GEIZER, CAZELLA, 2007, p.6.). Mas a consequência negativa é observada entre os produtores rurais descapitalizados que abandonaram ou foram excluídos das práticas agropecuárias devido à falta de acesso aos recursos e benefícios para incorporar as novas tecnologias. Desse modo a redução do emprego agrícola permanente e a inexistente de alternativas econômicas no meio rural, que se intensificou a partir da década de 1970. “Na década de 1980, a madeira nativa foi tornando-se escassa em muitas das serrarias” (GEIZER, CAZELLA, 2007, p.8) desencadeando o aumento no desemprego da região.

ALVES (2009) esclarece que também houve processo migratório do Vale do Itajaí, nos anos de 1983 e 1984 anos que ocorreram enchentes e que grande parte da população desta região foi afetada, resultando em milhares de desabrigados e desalojados. Para CANELLA (1992, p.272) somava-se a isso a chegada “[...] na cidade de desabrigados das cheias do Vale do Itajaí que, cansados de aguardarem promessas de solução para o problema, transferiram-se para a capital a fim de pressionarem as autoridades estaduais e obterem algum tipo de assistência social”.

Esses migrantes quando chegaram à Florianópolis, se adaptaram às condições materiais que estavam postas morando de favor na casa de parentes, dividindo espaços minúsculos, de aluguel ou ainda de baixo das pontes e marquises em situação de vulnerabilidade social, pois se viam sem ter onde ficar. Por conseguinte, a cidade experimentou um processo de ascensão da ‘imagem’ pelos meios de comunicação pois era difundida mundo afora como ‘Ilha da Magia’, sendo potencialmente um importante polo turístico do país especialmente por suas paisagens com belas praias.

A população tradicional da ilha, que ocupava as áreas com grande valor financeiro para a exploração turística, foi deslocada/transferida de endereço por ações do governo e da prefeitura. Esse processo se deu em parte pela configuração e oferta de casas em projetos

habitacionais. Como forma de garantir a retirada dessas famílias em lugares onde a paisagem estava tomada por bolsões de pobreza, deflagrando um futuro processo de ‘favelização’.

Na década de 1970 e início da década de 1980 Florianópolis tem um crescimento populacional causado “[...] pelo êxodo rural e pelo processo de explosão gradativa de famílias de pescadores do interior da Ilha, em virtude da especulação turística. Isso gerou a ocupação clandestina dos vazios urbanos” (AGUIAR, 2014, p. 29). Para PIMENTA, (2005) com a inexistência de um Plano Diretor que regulamentasse o espaço urbano segundo a vontade coletiva, permanece uma parte desta população sem condições monetárias de adquirir lote do terreno urbano, conquanto necessitam de moradia, lhes restando como opção a ocupação de espaços como zonas de risco, sujeitos a deslizamento de terra, ocupação de encostas de morro, ocupação de faixas a margem de rodovias, ocupação de terrenos com risco de alagamento (PIMENTA, 2005).

Aos processos de ocupações ilegais se atribui aos pobres “[...] apesar de ser apenas uma parte da realidade, pois existem inúmeras irregularidades feitas pelas camadas mais altas sem que o poder público intervisse eficazmente” (AGUIAR, 2014, p. 48). Ao chegar à cidade os migrantes encontram solidariedade na casa de seus parentes que já estão em áreas de favela, conforme SILVA, (1993) as comunidades possuem essa componente que é a solidariedade, assim numerosas famílias se acomodam em pequenos cômodos. E aqueles que não possuíam parentes, nem amigos foram ‘morar’ embaixo de pontes e marquises ou ficaram por longos tempos ocupando o espaço da rodoviária da cidade.

Figura 2: Desafios enfrentados pela população migrante



Fonte: Escritos em Movimento, 2016

Na porção continental da cidade as primeiras comunidades que passaram por esse processo de acolhimento ao migrante foram: Novo Horizonte, Santa Teresinha, Chico Mendes, Nova Esperança. As primeiras dentro da ilha foram: Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó, Morro da Penitenciária e Morro do Horácio. E é a partir desses conglomerados que surgem as comunidades em Florianópolis, para os migrantes a cidade é algo fascinante, pois tem as “facilidades”, tudo ao alcance como mercados, escolas, transporte, só que aos poucos vão se dando conta de que todo esse fascínio que proporciona a cidade tem um custo muito elevado.

Como percebemos no decorrer do século XX, a cidade de Florianópolis experienciou profundas mudanças, em virtude de que a cidade é um produto social, ou seja, construído sócio historicamente de acordo com ALCUBIERRE (2017, p.113) a cidade de Florianópolis possui especificidades que divergem da tendência industrialização-migração. Segundo ela, a cidade não se configura como um polo industrial, ao mesmo tempo em que absorveu grande número de migrantes. Tendo como principal vetor de norteamento interesses econômicos de acumulação de capital e de poder (SANTOS, 2015, p.34) somados ao lazer, saúde bem-estar e qualidade de vida. Às transformações que ocorreram modificaram a cidade de forma profunda principalmente no que tange os aspectos voltados a sua organização física e geográfica que impactou econômico-socialmente. Sob essa perspectiva de contexto histórico supracitado que surgiu a comunidade Nova Esperança.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA: A TERRITORIALIDADE INFANTIL NESSE CONTEXTO

A Comunidade Nova Esperança, está localizada no bairro Monte Cristo, região continental do município de Florianópolis. Está pequena e jovem comunidade surgiu na década de 1990, alicerçada na necessidade de dezenas de famílias à moradia própria.

Esta comunidade emerge da necessidade de discussão do uso do solo urbano, visto que a população em vulnerabilidade social se obriga a encontrar alternativas para o acesso à moradia, ou seja, a habitação passa a ser em favelas, cortiços, loteamentos irregulares, áreas de risco e preservação ambiental. A senhora Ivone Maria Perassa⁴, em entrevista para o *Escritos em Movimento*² (2016), na década de 1980, relata que com a chegada dos migrantes vindos de outras regiões do estado, era possível, ver famílias inteiras nas ruas, dormindo de baixo de pontes, de marquises, inclusive neste período não havia uma política voltada a assistência da criança, somente em 1984, emergiu um movimento chamado “Meninos e meninas de rua”⁵, voltado à proteção da criança, na promoção e garantia dos seus direitos básicos, pois até então as mesmas dividiam os espaços das ruas com suas famílias sem que houvesse um olhar voltado as suas especificidades.

Figura 5: Atendimento precário



Fonte: *Escritos em Movimento*, 2016⁶

⁴ Liderança de movimentos sociais, educadora Popular, Bacharel em Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2005), atuando principalmente nos seguintes temas: desconstrução de subalternidades e comunidade de periferia, a arte como vida e movimento. Desde 2005 é coordenadora geral dos projetos do Centro Cultural Escrava Anastácia. Vice-Presidente do Instituto Pe. Vilson Groh. Assessora da Comissão Estadual do Movimento População em Situação de Rua. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3160223/ivone-maria-perassa> acesso em 18 ago., 2019.

⁵ Este Movimento começou a existir em 1982 e se constituiu como uma entidade civil independente em 1985, tendo atualmente 5 sedes regionais espalhadas pelas principais Capitais do País. Este Movimento não presta atendimento direto aos menores, mas procura mobilizar os próprios menores, os técnicos, os educadores de rua, os diretores, os funcionários de instituições, enfim todos os que estão envolvidos com este segmento da população brasileira. Dentro desta perspectiva de mobilização, o Movimento não está atrelado à Igreja e nem ao Estado, tendo garantida sua independência financeira por subsídios de 3 entidades internacionais (entre elas a UNICEF) Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100007 acesso em 24 mar., 2019.

⁶ Disponível em <http://escritosemmovimento.blogspot.com/p/fotos.html> acesso 20 maio de 2019

Conforme a figura acima, percebemos que número de famílias chegando na cidade de Florianópolis, se torna cada vez mais expressivo pois na década de 1990, a capital passou a receber em média 35 pessoas por dia, estas pessoas chegam de suas cidades de origem em uma situação de fragilidade em busca pela sobrevivência, mas o atendimento aos migrantes acontece de forma precária, estas famílias, sem teto por sua vez enfrentaram um novo dilema, algumas vivendo na situação de mendicância, recebendo auxílio como alimentos e roupas de entidades religiosas e setores como a assistência social da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), mas estas ações eram paliativas, criando uma população dependente da pobreza.

Outra seguinte atitude para com essa população advinda, era de 'exclusão', pois geralmente aqueles que buscavam auxílio por parte da assistência social da PMF, eram orientados retornar a sua cidade de origem, recebendo inclusive a passagem de retorno alguns migrantes com receio do despejo desciam antes do destino final. A fim de compreender a questão do migrante, dado que não se estabeleceu uma política básica de atendimento e de outras questões relacionadas à cidade e seu complexo. Sem ter soluções palpáveis por parte da prefeitura o primeiro pensamento da líder Ivone junto com outros apoiadores, foi atender a esta população que não tinha voz na cidade, criando em 1984, uma entidade denominada Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM).

Em Florianópolis o CAPROM foi a primeira instituição a desempenhar este trabalho, realizando inicialmente um atendimento individual com cada família, que apresentava a eles a sua necessidade e a partir desse diálogo, busca resolver as necessidades desses migrantes, contudo a procura só aumentava sendo necessário um trabalho ainda mais organizado e uma proposta reflexiva acerca das situações enfrentadas, compreendendo o que era frequente entre os migrantes. Sendo assim o CAPROM, a fim de resolver os problemas socialmente constituídos, durante alguns anos buscou respostas, mas não obteve êxito, pois instituição funcionava sem apoio do poder público e um trabalho envolvendo essa dinâmica de acolhimento dessas famílias, escuta, auxílio e principalmente o retorno as necessidades vivenciadas requer articulação. Em virtude das demandas a estratégia adotada pela equipe foi de aos poucos ir introduzindo as famílias o que é uma ocupação, de que forma ela se organiza e quais os objetivos. Fernandes (2000, p. 02) sintetiza que:

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra.

Em outros estados brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, já ocorrerá este processo de ocupação dentro no solo urbano, mas Segundo Perassa⁷ (2016), coordenadora da instituição na época, ocupar a terra era tratado como tabu pelas famílias, visto que possuíam medo das consequências que poderiam viver durante esse processo.

Após cinco anos da sua fundação o CAPROM realizava um trabalho junto com as famílias este processo de articulação envolveu muita organização, conversas, reuniões e em 1990, iniciaram o primeiro grupo de ocupação organizado em Florianópolis denominado a Nova Esperança, e este grupo não estavam sozinhos, contava com uma equipe de apoiadores como professores e estudantes da UFSC, entidades religiosas, advogados, jornalistas e alguns vereadores. É importante ressaltar que a intenção primeira desse grupo era de agir juntamente com as autoridades, buscando alternativas para atender esta população, devido à demora de retorno da PMF a instituição buscou outro caminho, a ocupação.

Além disso, para enfraquecer qualquer movimento na cidade relacionado a habitação os noticiários ligavam a vinda dos migrantes com o crescimento da marginalidade, por grande parte não ter empregos no mercado formal. Havia nesse período a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, hoje denominada Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), que realizava um trabalho com os migrantes, cujo o objetivo era fazer com que eles retornem ao seu município de origem, pagando a passagem de volta para as famílias interessadas, não lhes gerando facilidade de acesso ou garantia de permanência.

As famílias, com suas inúmeras necessidades, apoiadas pelo movimento do CAPROM, iniciaram as demandas de discussão para organização da ocupação. O processo foi bem estruturado, no total foram cinquenta famílias, maioria constituída por mães e seus filhos. Inicialmente o terreno escolhido para a ocupação se localiza na Rua: Evangelista da Costa, no bairro Jardim Atlântico, em um terreno paralelo com a Rua: Coronel Caetano Costa,

⁷Entrevista feita no dia 10 de março de 2016. <https://www.youtube.com/watch?v=ol6ZKtmaDAo&t=1801s> acesso 12 março., 2019.

localizado no bairro Coloninha, bem próximo a Secretaria Municipal do Continente, até os dias de hoje a área continua desocupada. Neste primeiro momento o movimento chamou atenção devido à localização em que estavam inseridas, as famílias levaram para o local, madeiras, lona, utensílio de cozinha roupa a intenção primeira era mostrar que as famílias estavam ali para residir, contando com o apoio de toda uma equipe que passou a vivenciar cada passo do movimento. Segundo relatos de Milita Maria Marques⁸ polícia e o então Secretário do Continente, chamaram os ocupantes para conversar marcando em um encontro na Secretaria, chegando lá quem os recebeu o foi o vice-prefeito, a intenção era de encaminhar a comunidade para um ginásio. Milita relata que tal proposta foi repassada a comunidade, em virtude de se tratar de uma discussão coletiva. Na reunião seguinte marcada com o Secretário do Continente, quem representou a comunidade foi um secretário da comissão eleita pela comunidade e um advogado, sendo decidido que a comunidade Nova Esperança iria permanecer no local em que estava assentado, mas foram avisados de que a polícia iria fiscalizar, não deixando que nenhum tipo de material entrasse, como, lonas e madeira, por exemplo, objetivo era que os ocupantes não mantivessem a união, tentado gerar cansaço e contendas, para desmembrar o movimento.

O que mais chamou a atenção neste processo, de vivência em uma ocupação foi a união da comunidade, todos se uniram com o mesmo intuito, sem haver distinção entre a origem de cada família, todos estavam ali para se ajudar e se defender e cooperar. Deste modo permaneceu a comunidade por cerca de quase dois anos, sem banheiro, água encanada ou luz e escondido dos olhos da polícia, conseguiam trazer novas lonas em virtude do desgaste elas iam rasgando, furando, só podia fazer barraca de madeira quem já possuísse madeira no local.

A comunidade durante o início do período de ocupação era dividida em equipes, cada uma dessas equipes era responsável por um setor em específico, havia vigilantes para fazer rondas noturnas e diurnas na ocupação, havia freiras, chamadas de ‘irmãs’ pelos moradores da comunidade, as mesmas se dispunham a auxiliar com as crianças, realizando brincadeiras, alimentação e cuidados, havia a equipe responsável pela comida, outra responsável pela água.

⁸Milita Maria Marques, 64 anos, é moradora da localidade Nova Esperança, que faz parte do bairro Monte Cristo, na área continental de Florianópolis. Milita fala de suas experiências e impressões sobre a ocupação da qual participou, em 1990, e que deu origem à localidade. Ela é reconhecida pela atuação como líder comunitária do bairro e pelo engajamento em diversos projetos sociais. Disponível em <http://escritosemmovimento.blogspot.com/p/videos.html> acesso em 20 mar., 2019.

Deste modo o sentimento de empatia entre as pessoas era muito forte, pois para que objetivo fosse alcançado teriam de lutar todo junto, qualquer deslize causaria retrocesso às conquistas alcançadas até então. Por mais que o ambiente estivesse organizado as condições para moradia em barracos não são as desejáveis para ninguém durante esse processo, as relações com a moradia eram marcadas pelo imprevisto e as pessoas estão sujeitas a todos os tipos de intempéries.

Depois desse longo processo de incertezas, momentos de tensão e resistência as famílias conseguiram o direito de receber um lote de terra para ser realocadas recebendo a garantia de permanência no mesmo, o local escolhido se insere no bairro Monte Cristo, próximo a via expressa na região continental da capital. COHAB organizou o fornecimento de materiais para a construção das casas, que se constituem de blocos, os mesmos segundo Milita vieram de uma fábrica em Brusque e um grupo de moradores recebeu orientação para a montagem das casas.

No início da década de 1990 os pequenos lotes terrenos demarcados, por arquitetos e o piso de cimento foi feito pela PMF, a construção das casas foram executadas por mutirões dos próprios moradores da comunidade. Grande parte desses ocupantes trabalhava durante a semana sendo assim realizavam principalmente nos finais de semana tais mutirões, esse era o tempo que a maioria dispunha para conseguir se dedicar às obras. As casas dispõem de sala e cozinha conjugadas, banheiro social, dois quartos e quintal com espaço para a circulação, foram construídas 49 casas, entregues sem reboco e sem muro e aos poucos as famílias foram realizando as melhorias na sua nova moradia.

Figura 6: Imagem da parede de uma das casas, na comunidade Nova Esperança



Fonte: (Julia Coutinho, 1996)

A rua geral da comunidade se chama Nova Esperança uma das servidões denominada Irmã Violete Cyr que perpassam a comunidade, recebeu o nome de uma das freiras religiosas que marcaram e auxiliaram as famílias durante o processo de ocupação, em grande parte do tempo foram elas as freiras que realizavam trabalhos pedagógicos com as crianças.

Figura 7: Servidão irmã Dulce em 1995



Fonte: (Julia Coutinho, 1995).

Figura 8: Servidão Irmã Dulce em 2020



Fonte: (Autora, 2020).

Toda a comunidade foi projetada e urbanizada, com projeto de saneamento, eletricidade, ruas com espaço para a passagem de automóveis, canteiros de paisagismo com plantas, enfim para que não fosse concebido um olhar de favela, a ênfase do movimento era prover as famílias sem condições de acesso à moradia, uma condição de habitação digna com direitos básicos garantidos, a fim de prover qualidade de vida.

Figura 9: Canteiros paisagísticos.



Fonte: (Julia Coutinho, 1999)

Ao fim desses movimentos de ocupação, Perassa (2016) salienta que se passa ao momento seguinte, dar conta das demais demandas. Passados momento de euforia de conseguir a tão sonhada moradia própria, aparecem os primeiros sinais de desgaste, ocorre desentendimento com os vizinhos. Então começa um trabalho de relacionamento interno de convivência e de levar para dentro da comunidade saúde, educação, transporte. Com o intuito de integrar essa comunidade como parte da cidade num sentido de suprir suas demandas o

movimento tinha como ênfase gerar uma comunidade que proporciona as pessoas uma melhorar a qualidade de vida e buscas de melhorias pessoais e profissionais.

Os movimentos pela direito moradia, não cessaram em Florianópolis, mas pararam de ocorrer com frequência, quando se tornam pauta de discussão na Assembleia Legislativa e com a criação de um fundo Monetário de Habitação. Hoje em dia a comunidade cresce sob olhar vertical.

Figura 10: Imagem da comunidade Nova Esperança



Fonte: (Autora, 2017).

Figura 11: Servidão Madre Tereza de Calcutá



Fonte: (Autora, 2020).

A maioria dos filhos de quem participou desta ocupação, não conseguem assim como seus pais condições de adquirir um imóvel em Florianópolis, lhes restando à alternativa de ir habitar em cidades vizinhas como São José, Biguaçu e Palhoça, ou como situação majoritária na comunidade constroem mais cômodos na casa dos pais conhecidos popularmente por ‘puxadinhos’.

3 AS TERRITORIALIDADES INFANTIS: NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA

Para as crianças inventa-se a infância quando deixam ela brincar, ir à escola, ser expressiva. Hoje, entendemos ser criança por uma fase da vida, uma etapa do desenvolvimento, em que cada ser vai atravessar. Contudo intentamos explicitar que os conceitos de criança e infância são distintos, pois a infância não se trata de uma fase de maturação biológica de um ser, mas é um artefato social, cuja construção ocorre historicamente e socialmente. Dessa forma conforme FERREIRA, SARAT (2013, p.237) não podemos esquecer que quando falamos da infância e das inúmeras designações do vocábulo criança, falamos de tempos e espaços diferentes. No decorrer da história, várias concepções foram elaboradas.

Conforme, GHIRALDELLI, (2000) a criança sempre existiu, a infância não. LOPES (2009, p.34) complementa que a infância ao longo do tempo tem sido percebida muito mais por sua ausência, pela sua incompletude, do que pela sua presença. Os estudos referentes à criança e a infância são relativamente novos no campo das ciências humanas e sociais, pois delongou-se para que estas temáticas se tornassem objeto de pesquisas e estudos tanto no Brasil como em outros países, tecendo assim análises referente ao meio social, as infâncias, as crianças, e a escola e de como transcorreu o processo de olhar a criança sobre outra perspectiva que não fosse apenas um processo de vir a ser, e sim na perspectiva de que a criança é o hoje. Em consoante NIEHUES e COSTA, (2012, p.287) afirmam que as representações de infância variam conforme a colocação da criança na família, na classe social, a questão de gênero, etnia, grupo etário, na sociedade em geral, demarcando um território para a criança em cada sociedade.

Ao desvelar sinteticamente este conceito infância, percebemos que o mesmo foi se formando ao longo da história da humanidade, perpassando pelo adulto em miniatura na Idade Média e chegando à criança cidadã da contemporaneidade, como apontam as autoras, NIEHUES e COSTA (2012, p.284). Hoje percebemos a infância e a criança como um constructo social, sujeito histórico e de direitos, mas nem sempre ocorreu deste modo.

ÀRIES (1981) em sua obra intitulada “A História social da criança e da família”, nos diz que as crianças eram percebidas como meros seres biológicos, sem autonomia e sem estatutos sociais direcionados a esta fase da vida.

A vida era relativamente igual para todas as idades, ou seja, não havia muitos estágios e os que existiam não eram tão claramente demarcados. Por exemplo, as crianças tinham muito menos poder do que atualmente têm em relação aos adultos. Provavelmente ficavam mais expostas à violência dos mais velhos (Áries, 1978). Tinham um déficit de poder sobre seus corpos. Inversamente, algumas pouquíssimas crianças podiam ter um poder imenso, como Luís XVI, rei da França, a ponto de ser tratado como adulto por seus criados e cortesãos (ARIÉS 1977 apud NASCIMENTO et al, 2007, p. 03).

No século XII, os índices de mortalidade infantil apresentavam-se de forma acentuada devido a questões de saneamento básico, higiene e saúde precarizados na época CALDEIRAS (2010, p. 2). Desta forma grande parte das crianças morriam nos primeiros anos de vida e as que desenvolviam, assim que largavam os cueiros, realizavam atividades análogas a vida adulta (ÀRIES, 1981), sem distinção ou tratamento diferenciado, conforme reitera CALDEIRAS:

E, ainda sim, as crianças que conseguiam atingir uma certa idade não possuíam identidade própria, só vindo a tê-la quando conseguissem fazer coisas semelhantes àquelas realizadas pelos adultos, com as quais estavam misturadas. Sendo assim, dos adultos que lidavam com as crianças não era exigida nenhuma preparação. Tal atendimento contava com as chamadas criadeiras, amas de leite ou mães mercenárias (2010, p. 02).

Conforme supracitado as crianças na Idade Média eram representadas como adultos em miniatura, uma forma de reprodução se observava nas vestimentas, uma que vez que eram semelhantes às dos adultos não lhes gerando conforto para liberdade de movimentos, como o brincar, correr. Na sociedade medieval a criança a partir do momento em que passava a agir sem solicitude de sua mãe, por volta dos sete anos de idade, já ingressa na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (ÀRIES, 1981, p.156). Desta forma as crianças, participavam das mesmas atividades e expostas aos costumes, vícios, formas de agir e até mesmo ao trabalho. Nesse período não havia um olhar voltado às infâncias e suas especificidades.

Durante a Idade Média, antes da escolarização das crianças, estas e os adultos compartilhavam os mesmos lugares e situações, fossem eles domésticos, de trabalho ou de festa. Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de atividades em função da idade dos indivíduos, não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida (ARIÈS, 1973, apud NASCIMENTO et al, 2007, p. 04).

Tão somente a partir do século XVI a XVIII, a criança começa a surgir uma figura importante nos retratos de família. Na burguesia, século XVII o adulto passou a olhar a criança com fragilidade, o pequeno ser necessitava de cuidados pois ainda era dependente. Gerando sentimento de proteção. Só ultrapassava esta fase da vida quem saísse da dependência “[...] ou pelo menos dos graus mais baixos de dependência, e a palavra infância passou a designar a primeira idade de vida: a idade da necessidade de proteção, que perdura até os dias de hoje” (Nascimento et al, 2007, p. 06). Em virtude desses sentimentos, com o intuito de zelar, guardar e dar proteção surge à infância, sob o olhar adulto a criança precisa de amparo, não é mais lograda apenas como um ser biológico, mas carece de disciplina, para que ao chegar a sua fase adulta possa ser socialmente aceita (LEVIN, 1997) se aproximando do sentido contemporâneo de infância.

Foi somente no século XVIII com o surgimento do sentimento de infância, que a concepção de infância se efetivou. A partir daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios (NIEHUES e COSTA, 2012, p. 285).

Sendo assim, este processo histórico somente foi efetivado na sociedade porque se transformou a forma de pensar sobre o que é ser criança e a relevância deste período específico que é a infância. Por conseguinte, este processo de efetivar a infância como uma incumbência social, modificou a configuração familiar, pois concomitante ao sentimento de infância surgiu o sentimento de família, gerando intimidade entre os membros, sendo assim, a forma que a criança é percebida pela família se modifica. Neste sentido os pais passam a sentir responsabilidade sobre este ser, acarretando planejamento sobre os nascimentos, em virtude da atribuição de responsabilidade sobre o futuro da criança. Ademais, emerge uma preocupação de preparar a criança para a vida, devendo aprender essencialmente a cultura

existente, a moral e a disciplina. Para auxiliar nesse processo constitutivo da infância e do zelo pela mesma, se inserem outras instituições, como a família, o Estado e a escola.

Historicamente o mundo das crianças é atravessado pelo dos adultos, a cultura existente e o contexto histórico-social, de cada época e local, isto vai determinar a forma como a criança é percebida, pois em cada lugar a uma condição social que produz um tipo de infância e na comunidade Nova esperança não ocorre de maneira diferente.

O conceito de infância que conservamos atualmente foi uma criação da modernidade, cuja constituição ocorre historicamente pelas conjunções socioculturais. “A infância seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns a diferentes crianças” (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 28). As infâncias se modificam com o tempo e com os contrastes sociais, econômicos, geográficos e até mesmo com as peculiaridades individuais. Portanto, as crianças de hoje não são iguais às dos anos passados, nem serão as mesmas que virão nos próximos anos (NIEHUES e COSTA, 2012, p. 288). As diferentes infâncias são constituídas por seus contextos espaciais, demarcando a singularidade das infâncias. Possibilitando a partir da contribuição das áreas da Sociologia da infância, da Antropologia da infância, da Psicologia do desenvolvimento, entre outras áreas, a emergência de um novo paradigma de se perceber e compreender as crianças frente ao mundo que se inserem (LOPES, 2009, p.33). Segundo os estudos de LOPES (2009) uma face tem sido constantemente negada: as interações entre as crianças e seus espaços, ao aprofundar seus estudos a geografia estabelece um recente objeto de estudo que se denomina “Geografia da Infância”(LOPES e VASCONCELLOS, 2006, p.1), a fim de contribuir com a importância da emergência de discussões relacionadas a este novo olhar sobre as crianças e as infâncias, estabelecendo assim novas perspectivas, formas de observar, compreender esses sujeitos, seus espaços e as relações com o mundo ao seu redor.

Em congruência à perspectiva supramencionada as pesquisas no âmbito da geografia da infância buscam pela compreensão relacional entre as infâncias, as crianças e os lugares, abordando e investigando a constituição das “Territorialidades Infantis”. Especialmente, pesquisando pela observação e registros de memórias como o lugar e as experiências vividas fundamentam e estruturam uma territorialidade que ao mesmo tempo influi na forma de viver e é influenciada pelo acontece do próprio modo viver da criança dada suas origens culturais e elementos da paisagem que a rodeia, ou seja, no espaço vivido.

Para seguirmos nessa reflexão é importante compreender o conceito de território. Nesse sentido LOPES (2012, p.28), explica que inicialmente fundamentou-se a partir das concepções de FRIEDRICH RATZEL, no final do século XIX. RATZEL compreendia que o “território é uma área da superfície terrestre usufruída por um grupo humano”. Sob esta perspectiva o território é concebido com um viés etológico, limitando o conceito a áreas cujos seres humanos atuam diretamente. “E o termo territorialidades é uma concepção que deriva da palavra território definindo-se como uma zona ou região demarcada por poder, pertencente a um Estado. A valorização do termo território volta a ocorrer no campo da geografia política, sua alusão dá-se ao território nacional na concepção de Estado-Nação”.

Essa aceção acabou por constituir-se, inicialmente, uma perspectiva tradicional e materialista, calcada nos recursos naturais presentes em um determinado espaço; onde o território teria, necessariamente, uma aproximação com suas bases físicas e que, associadas a outros atributos (como as atividades políticas, por exemplo), estabeleceria a existência de três dimensões que o identificariam: dominação, área, limite (LOPES, 2009, p.38)

No século XX, o termo retorna as discussões na década de 1970. A ideia de territorialidade surge no campo da sociologia e psicologia social, referindo-se a modos como os grupos se articulam em defesa ao território que ocupam nesse sentido atrelado a cultura, sob a perspectiva de explicar a realidade, contribuindo na compreensão das relações.

Raffestin estabelece a diferença entre espaço e território: É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143 apud LOPES 2012, p. 28).

O Território, por conseguinte, ser passou a ser compreendido como espaço mobilizado, importante nas relações de poder e a territorialidade como forma de definir e confirmar o controle sobre o espaço geográfico para demonstrar, conservar e dar reforço a esse poder estabelecido (GOMES, 2002).

Os territórios têm, assim, em suas materialidades, um caráter semiótico na medida em que se estabelecem como símbolos, e devem ser analisados como uma teia de significados que, ao ser construída por um determinado grupo social, também o constrói. Assim, falar em identidade territorial não significa circunscrever-se aos limites oficialmente estabelecidos nos documentos legais presentes em uma determinada parcela espacial, mas também nos processos de subjetivação existentes entre as pessoas, seus traços compartilhados nos grupos sociais e nos espaços a que pertencem (LOPES, 2009, p.39)

A territorialidade se refere a um modo, atitude, padrão de um determinado grupo, cujo alicerce é o controle de um determinado espaço seja este físico ou ideológico. Imprimindo uma espécie de autoridade e controle que serve como defesa deste território. As territorialidades infantis emergem a partir das relações entre as infâncias e os lugares, entendemos essa categoria lugar, “enquanto base da existência humana, mas existência enquanto experiência pessoal, mediatizada por símbolos e significados próprios, subjetivos” (LOPES, 2012, p. 26).

O lugar é um elemento material sob a ação contínua e intrincada de rede de relações sociais, que vão do econômico-político e socioinstitucional ao reino do imaginário (representações, senso de lugar, crenças, desejos). Trata-se de um conceito que nos remete à reflexão de nossa relação com o mundo – o lugar no mundo e o mundo em todos os lugares. E os lugares formam territórios (David Harvey (2004) apud. Ferretti 2019 p. 06).

Para TUAN (1983), espaço e lugar são expressões interligadas. Nos espaços assim que o conhecemos, atrelamos nossas experiências, firmamos nossas impressões e valores, assim o lugar se estabelece. As infâncias são vivenciadas nos lugares, em cada um desses lugares possuem seus grupos sociais, que determinam qual é o lugar designado as suas crianças. Conforme LOPES e VASCONCELOS (2006, p.106) a constituição de espaços destinados a um determinado grupo social nos aproxima da dimensão de território, pois possibilita a construção de identidades culturais.

Os sujeitos presentes nesses espaços incorporariam essas dimensões e viveriam de acordo com as redes de significado nelas tecidas, estando, portanto, “territorializados” a um local concreto, com fronteiras delimitadas, pertencentes a diversos grupos sociais que se diferenciariam a partir de suas extensões e com regras a serem seguidas (LOPES E VASCONCELOS, 2006).

Compreendemos a partir desta premissa, cada criança é criança de um lugar, ou seja, existem vários tipos de culturas infantis, as mesmas vão produzindo suas marcas, suas territorialidades, subsidiando a sua própria existência, estabelecendo alicerce na produção de cultura. As crianças ao compartilhar a realidade com seus pares estabelecem uma relação horizontal (LOPES e VASCONCELLOS, 2006) e com os adultos vertical. Sendo assim, a vivência da sua infância é delimitada dentro da lógica da organização social do grupo.

3.1 AS TERRITORIALIDADES INFANTIS POR MEIO DO BRINCAR NA COMUNIDADE NOVA ESPERAÇA

Figura 12: Retrato de crianças na comunidade



Fonte: (Julia Coutinho, 1995).

Nos primeiros anos da comunidade Nova Esperança, na década de 1990 muitas das casas não possuíam muros e os quintais para essas crianças eram como se fossem a extensão da rua, pois as brincadeiras ocorriam ao redor e entre as servidões. Aos poucos as casas foram ganhando muros, mas isso não significa que a comunidade se isolou, pelo contrário as relações do brincar entre as crianças só se intensificaram, as mesmas estabeleciam entre si

fortes relações de amizade, uma vez que compartilhavam os mesmos espaços e a relação do brincar ocorria de forma afetiva, durante todos os dias e em diferentes horários.

Figura 13: Aniversário



Fonte: (Ivonete Edvalda da Silva, 1998).

Contudo observamos que na comunidade não foi planejado um espaço específico para ocorrer o brincar, está pauta já foi discutida entre os moradores anteriormente através do conselho comunitário, com a ideia da elaboração de um parque, entretanto não foi efetivada. Sendo assim as brincadeiras sucedem nas servidões da comunidade, mas o palco central das mesmas, é rua do meio ali aconteciam maior parte das interações.

Figura 14: Brincadeira de pega-pega



Fonte: (Julia Coutinho, 1995)

Figura 15: Futebol na rua do meio



Fonte: (Graziela dos Santos, 2013)

Figura 16: Brincadeira de pular corda no meio da rua



Fonte: (Igor Andretti, 2003).

Dentre as brincadeiras mais comuns relatadas a partir dos registros aparecerem as variações de pega, que consiste em ter o perseguidor (pode ter mais de um), que precisa tocar no seu adversário para pegá-lo, essa forma de pegá-lo, acontece por meio da agilidade, pois tem que correr para conseguir. E as variações da pega, são: Pega-pega, pega-congela (O pegador toca no seu adversário para paralisá-lo, ‘congelar’), pega-pega-alturinha (o pegador

não pode pegar quem estiver no paralelepípedo da calçada), pega-ladrão (divide-se o grupo entre policiais que serão os pegadores e os ladrões os fugitivos que terão que ser pegos), cabra-cega (que é um tipo de pega com os olhos vendados).

O esconde-esconde, geralmente ocorre de noite, para dificultar a quem vai encontrar os demais, as crianças entravam pelos quintais, iam para debaixo dos carros, atrás dos postes, só podia se esconder onde “valia”, ou seja, onde foi combinado para que escondesse. O jogo da queimada era outra brincadeira que era constantemente organizada e quanto maior o número de crianças melhor fica a disputa, as regras dessa brincadeira são simples, risca-se uma linha que será o meio, criando dois campos de oposição, depois distribui-se as crianças em dois grupos, de números iguais, com a bola em sua posse, cada grupo, na sua vez vai ter que lançar a bola com força no chão, para a mesma quicar e bater nos adversários, que for atingido pela bola terá que sair, ganha o grupo que ficar com maior número de participantes no jogo, eliminando todos do outro grupo. O jogo do taco, geralmente era improvisado, com pedaços de madeira, este jogo é disputado por duas duplas, uma fica no ataque com a posse dos tacos, outra fica na defesa com a posse da bola, o objetivo é derrubar a casinha do outro. Outro jogo que ocorria de forma improvisada era o carrinho de rolimã, as crianças construíam seus próprios carrinhos com sucatas e as rodas eram geralmente de carrinhos de supermercados. As tradicionais disputas de corrida também faziam parte das brincadeiras, assim como os jogos de futebol, pelo pouco espaço para jogar, a bola sempre caía nas casas dos vizinhos, gerando reclamação, mas isso não impedia as crianças de continuar jogando.

Existiam também épocas específicas para algumas brincadeiras visto que a estação se tornara mais propícia para realização da mesma como, por exemplo, o pião, bolinha de gude geralmente eram realizadas no outono e no inverno, já a pipa, ioiô na primavera e verão. Nessas brincadeiras um componente que chama a atenção são as disputas e o comprometimento de respeitar as regras e as crianças ficavam vidradas nelas por bastante.

Não havia horário definido para o brincar, mas costumeiramente, era e ainda é, mais propício para encontrar as crianças brincando na rua, nos finais de tarde, depois das 17:30, horário a maioria já havia chegado da escola, todos os dias as crianças dedicavam seu tempo para o brincar isso geralmente se estendia até as 21:00 horas outros dias em que as brincadeiras rendiam iam até a 00:00, com a chamada das mães. Não há um tempo pré-determinado para essas brincadeiras, é o cansaço ou a “hora de entrar” (definida por um

adulto) para o banho, almoço, café, jantar ou hora de dormir, colocando fim nas brincadeiras. (LOPES E VASCONCELLOS, 2006, p. 107). Um aspecto interessante que ocorria nas brincadeiras era relacionado às crianças pequenas, que não eram excluídas, mas estas eram consideradas café com leite, suas atitudes de desobediência às regras eram ponderadas e seus atos valiam menos, que os atos dos demais participantes. As brincadeiras ocorriam com a mescla das crianças de todas as idades, meninos e meninas. As relações entre as crianças eram de irmandade, um protegia o outro, um estava na casa do outro e assim essas relações se estendiam para outros espaços como a escola, por exemplo, e as crianças se identificam como sendo da comunidade Nova Esperança ou conhecidas por alguns como a ‘comunidade das casinhas’, pôr as casas seguirem o mesmo padrão.

Aconteciam também as rodas de conversas antes ou depois das brincadeiras. Essas rodas eram como rituais das crianças, uma forma expressa de iniciação do brincar, de um contrato de convívio e distribuir os papéis nas brincadeiras, definir as regras e delimitar os espaços onde a brincadeira teria validade.

Figura 17: Brincadeiras noturnas



Fonte: (Autora,2020)

Figura 18: Rua do meio



Fonte: (Autora,2020)

Ocorrem também nessas rodas de conversas, histórias assustadoras de lobisomem em noite de lua cheia, a lenda da Maria sangrenta, o homem do saco, diversos assuntos eram postos nas rodas principalmente os que davam medo, filmes e desenhos também fazem partes das conversas na reprodução de brincadeiras.

Através das observações e relatos é possível afirmar que nos últimos cinco anos, a configuração das brincadeiras se modificou. Nós, moradores não observamos mais tantas crianças na rua como antes, as brincadeiras por época diminuirão, também a preponderância de brincadeiras na rua tem sido o futebol, a bicicleta, pipa, as vezes o pega-pega e as suas relações com o brincar dividem-se entre brincar dentro do espaço do quintal de sua casa, com os irmãos e ou os vizinhos.

As crianças têm estado mais em âmbito privado, esta modificação ocorreu por conta da própria dinâmica temporal, são vários os fatores que cooperam para essa diminuição, um deles é o acesso à internet, videogame, celular, televisão, destinando as brincadeiras para jogos de realidade virtual, aplicativos e canais do YouTube, isso soma-se a falta de um espaço direcionado ao lazer na comunidade as ruas são pequenas e alguns moradores colocam seus carros nela, limitando ainda mais os espaços de circulação que possibilitam o brincar, é

importante aliar que a forma de perceber a vizinhança também se modificou, por mais que os moradores convivam em um ambiente amistoso com seus vizinhos, não há uma relação de confiança quanto as relações entre os adultos e as crianças, os pais monitoram as crianças neste intuito de protegê-la de qualquer situação principalmente de violência ou abuso.

A partir das vivências diárias nas relações entre as crianças da comunidade Nova Esperança pude perceber desde a sua constituição elementos de pertencimento a este lugar demarcando assim a territorialidade na primeira geração de infância dos anos 2000, a territorialidade nas conversas é muito mais visível o sentimento de pertencimento é bem vívido a partir dos relatos das vivências de infância junto com uma comunidade mais atuante. Este pertencimento se dá a partir das relações da ligação com o lugar de nascimento, do lugar onde está criança cresceu, do lugar onde está criança gerou laços, laços estes com valor afetivo, emocional e físico. Nos relatos aparece com frequência a rua do meio e quando se referem às mesmas vem as memórias sobre as brincadeiras ali realizadas.

3.2 AÇÕES EDUCATIVAS NA COMUNIDADE

Ao pensar nas possibilidades de organização comunitária visando a inserção de direitos como a educação, a intensão era e introduzir atividades para os moradores, recebendo assim diversos cursos. Os cursos abrangiam todas as idades, mas os públicos alvos eram as crianças e os adolescentes e as mulheres. Dentre os cursos ofertados havia o de Bombeiro Mirim, onde crianças e adolescentes recebiam fardamento completo, concedido pelo batalhão dos bombeiros, e formação sobre primeiros socorros, incêndio, situações de emergência assim como realizavam passeios para locais como a trilha da lagoa do Peri, Batalhão dos Bombeiros no Centro, passeio para realização de atividades como rapel, tirolesa e escalada, treinamentos de sobrevivência dentre outras atividades. Na comunidade também foi ofertado curso de informática, com sala de computadores e acesso à internet. Alguns dos cursos procediam da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) os cursos oferecidos para as crianças eram de fotografia, com técnicas atuais e antigas e o curso de sexualidade para adolescentes, para as mulheres, havia curso de costura, edificações, saúde e bem-estar com o corpo. Além disso, a comunidade recebia a visita de grupos de boi de mamão, em datas comemorativas ações de mutirões com brincadeiras e doação de brinquedos e guloseimas.

Figura 19: Distribuição de lanches e brinquedos



Fonte: (Graziela dos Santos, 2016).

Figura 20: Dia das crianças



(Graziela dos Santos, 2016)

Figura 21: Oficinas recreativas



Fonte: (Ivonete Edvalda da Silva, 2000).

Com essas ações percebemos que a liderança comunitária da Nova Esperança, se preocupava com os seus atores, com esses sujeitos que ali moram, que ali constroem suas vivências dividindo com as famílias as responsabilidades do educar entendendo que esse território onde as infâncias são construídas são palco de cada ator que está presente nesse contexto, a educação não se constitui somente no seio familiar e na escola, nas ruas essas crianças também se educam, nas ruas elas discutem suas ideias, pensamentos, ouvem, interagem, as crianças não seres passivos, dessa forma elas podem contribuir de maneira mais enriquecedora com o meio onde vivem.

Nos dias atuais a comunidade não tem uma liderança formada, pois no decorrer dos anos foram perdendo força deste modo de organização, outro elemento que se perdeu foi a casa comunitária, em razão de que, foi cedida para duas famílias da comunidade habitarem. Famílias estas, constituídas por de mães com crianças pequenas, sendo decidido pela comunidade o apoio para que as mesmas permanecessem ali.

Como percebemos os tempos mudaram, a comunidade não é mais a mesma, seus atores não são mais os mesmos, e é certo afirmar que as infâncias de hoje, com toda certeza, tem percepções diferentes sobre este espaço. Mas as relações entre o território e a infância são realidades, independente o tempo.

Sendo o território um dos conceitos mais importantes para a Geografia, ao lado da região, paisagem, lugar e espaço, é concebido como uma ferramenta útil para compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação. Auxilia-nos a compreender as relações de poder existentes na sociedade e que justificaram sua delimitação em certos momentos históricos, assim como sua alteração e acréscimos ao longo do tempo (STÜMER e COSTA, 2017, p. 51).

As territorialidades infantis presentes nesta comunidade vão se demarcando a partir das estreitas relações entre a infância e lugar, as infâncias são vividas não como se quer, mas como se pode (LOPES e VASCONCELLOS, 2006).

4 CONCLUSÕES

Ao dialogar sobre os espaços do brincar na comunidade Nova Esperança, nos debruçaremos sobre o lugar da criança e a constituição de suas territorialidades infantis.

A metodologia utilizada na elaboração desta pesquisa é de caráter qualitativo, preocupando-se com aspectos presentes na realidade e na dinâmica das relações destes espaços. Tendo como objetivo ser exploratória, este viés traz familiaridade com as problemáticas suscitadas na pesquisa. Foram realizados registros *in loco*, em espaços de uso coletivo da comunidade. Os propósitos desses registros são de retratar as infâncias através das memórias de alguns moradores desta comunidade, suas percepções sobre os tempos e espaços, os dados coletados nessa pesquisa foram realizados a partir de diálogos informais com os moradores da comunidade tornando esta pesquisa ainda mais enriquecedora, pois a partir dessas aproximações consegui ter acesso a fotos que expressam momentos ricos de relações entre os membros da comunidade, expressando significados que são inenarráveis e que trazem afetividade e pertencimento para cada um desses membros.

No primeiro capítulo relatamos que este foi o primeiro movimento sem-teto articulado e organizado na capital, obtendo êxito. As quarenta e nove famílias envolvidas nesse processo, conquistaram a partir de então sua casa própria, auxiliando no processo de

construção. Durante todo esse processo de luta, resistência e conquista, não foram somente as casas construídas, mas foram construídas também lindas reações entre adultos, crianças, apoiadores. Nasceu também uma comunidade, um território denominado Nova Esperança que está localizada no bairro Monte Cristo, região continental do município de Florianópolis.

Após esta breve contextualização nos atentou em versar sobre as territorialidades infantis presentes na comunidade, CALLAI (2005) afirma que a criança desde que nasce, busca a conquista de um espaço, espaço este em que ela precisa ser compreendida, ao caminhar, correr, brincar ela está interagindo com espaço que é social, ampliando a partir de então o seu mundo e reconhecendo a complexidade dele.

No terceiro capítulo, voltamos nosso olhar a infância utilizada como base na perspectiva histórica apresentada por Ariès (1981), cujo sentimento de infância até a idade média era ausente. Esta forma de enxergar a criança e perceber a infância, não a valida como sujeito social, [...] nega a existência de suas histórias e geografias, nega as suas possibilidades de diálogo na produção dos espaços e tempos em que se inserem e a coloca na condição de sujeito passivo de receber ações que vem dos outros que compõe seus cotidianos (LOPES, 2009, p.34).

Portanto intentamos romper com a preponderância do olhar adultocêntrico sobre as crianças, visando colocar este sujeito, criança, em lugares distintos do habitual, que é demarcado pelos adultos. Ao dialogar com a criança abrimos aproximações com as suas infâncias e suas territorialidades, tomando esses conceitos como fundamentais, direcionando o foco a olhar as crianças e suas formas de uso do espaço. Abrindo precedentes para o campo da Geografia da infância, pois a vivência relacionada ao território se insere como um relevante objeto de estudos nesta pesquisa.

Aprender sobre um espaço e ou território é muito importante mais que simplesmente olhar um mapa, uma planta cartográfica envolve a territorialidade, o sentimento de conhecimento real sobre o mesmo, de saber ler o espaço, pois, o território é cheio de histórias, o que instiga a criança a conhecer o lugar de sua vivência a partir dos problemas (CALLAI, 2005, p. 233).

É importante observar que a territorialidade comporta em si o mundo de significados, de interações, de memórias e de relações. A percepção de cada criança sobre o território é individual, mas também, envolve sentidos globais.

A partir da vivência concreta a criança busca a ampliação do seu espaço desenvolvendo a capacidade de aprender e pensar o espaço, pois nenhum lugar é neutro. O espaço em que vivemos é resultado das histórias de nossas vidas e na constituição da comunidade Nova Esperança não ocorreu de forma diferentes sendo uns territórios vivenciados por diferentes gerações de infâncias e que ao ler o espaço a criança está lendo a sua própria história, a organização espacial representa muitas coisas, que por não estarem invisíveis, precisam ser descortinadas, são as paisagens que mostram por meio da aparência a história da população que ali vive (CALLAI, 2005,238). Por isso a relevância de considerar as características culturais dos povos e os interesses envolvidos, em virtude de que o tempo se esvai constituindo-se como história, Santos (1988), sua materialidade pode ser percebida nas configurações que permanecem nos espaços. Por esse pressuposto a paisagem se configura como um encontro entre espaço e tempo.

Fundamentando-se nas discussões teóricas deste trabalho e dos referências teóricas supracitados, podemos acentuar que as marcas sociais e temporais nos espaços se apresentam na corporeidade das pessoas, o sentimento de pertencimento, de territorialidade, emergem das marcas provenientes dos valores compartilhados entre os atores desses espaços ou seja, crianças e adultos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mariza Dreyer de. **O Direito à moradia X aluguel social: o debate no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis. 2014.** 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2014. p.37-48.
- ALCUBIERRE. K.S.L. **Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida.** Florianópolis. 2017. P.285.
- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- CALDEIRA, L. B. **O conceito de infância no decorrer da história.** Montes Claros, MG, 2010. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o conceito de infância no decorrer da historia](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o%20conceito%20de%20inf%C3%A2ncia%20no%20decorrer%20da%20historia.pdf). Acesso em: 14/08/2019
- CALLAI, Helena Copetti. **O Lugar como possibilidade de construção de identidade e pertencimento.** Artigo apresentado no VII Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>. Acessado em 30/04/2017.

CANELLA, Francisco. **De barracos à comunidade: Representações sobre moradia em uma localidade de periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)**. XXVII Simpósio nacional de história. Associação nacional de história (Anpuh). 2013.

CANELLA, Francisco. **O movimento dos sem teto em Florianópolis mudança no perfil dos atores e práticas. (1990-2014)**. Revista ciências HUMANAS. Florianópolis. V.50, nº, p.268-288. 2016.

Centro de estudos e pesquisas em engenharia e defesa civil-CEPED. **Enchentes no vale do Itajaí em Santa Catarina 1983/1984**. Florianópolis. 05/08/2015. Disponível em < <http://www.ceped.ufsc.br/19831984-enchentes-no-vale-de-itajai-em-santa-catarina/>> Acesso em 20 Ago. 2019.

Correio da cidadania. Tavares. Elaine. **Luta pela moradia em Florianópolis**. 19. Jan.2012. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/social/6739-19-01-2012-a-luta-pela-moradia-em-florianopolis> Acesso em 14.Ago.2019.

FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERREIRA, Eliane Maria; SARAT, Magda. **“Criança (s) e infância (s) ”: perspectivas da história da educação**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n.27, jul. /dez. 2013. p. 234 - 252

FERRETTI, Orlando. E. **A cidade como espaço educador: Por uma prática pedagógica espacial**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n.2, 2019.

FERNADES, Bernardo. M. **Ocupação como forma de acesso a terra** .UNSP. São Paulo. 2000. p.2

FERNANDES, Rogério. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org.). **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

GEISER, Gustavo. Caminoto. CAZELLA, Ademir. Antônio. **O pólo madeireiro e suas implicações no desenvolvimento da região dos campos de Lages, Santa Catarina**. CCA. UFSC junho,2007.

GHIRALDELLI, P. Jr (Org.). **O que é filosofia da educação?** Rio de Janeiro: DP&A, 2000

GIL, Antônio Carlo, 1946- **COMO elaborar Projetos de pesquisa**. Ed. N° 4, p.41- São Paulo. Atlas, 2002

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2000.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena – Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOPES. Jader. J. M. Vasconcellos. Tânia. **Geografia da infância e territorialidades infantis**. Currículo sem fronteiras, V.6, n.1, p. 103-127. Jan/Jun 2006.

LOPES. Jecson. G., **as especificidades de análise de espaço, lugar, paisagem e território, na geografia**. Geografia ensino e pesquisa. v. 16. n. 2. Maio/ago 2012.

LOPES. Jader. J. M., **As crianças, suas infâncias e suas histórias: Mas por onde andam duas geografias?** Educação em foco, Juiz de fora, v.13, n. 2, p. 31-44, set 2008/ fev 2009.

LUSTIG, Andrea Lemes. et al. **Criança e Infância: Contexto Histórico Social**. In: IV Seminário de grupos de pesquisa sobre crianças e infâncias: ética e diversidade na pesquisa. Goiás: UFG, 2014.p. 3-7.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. Brasília: IMDH, 2005.

MENDES et al. **A Importância da categoria lugar no ensino de geografia: Um estudo de caso na Escola Estadual Modelo em Araguaína-TO**. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO). p.157. 2017

NASCIMENTO. C. et al, **A construção social do conceito de infância: Algumas interlocuções históricas e sociológicas**. Revista olhar do professor, Paraná. 2007.

NIEHUES. Mariane, COSTA. Marli. O. **As concepções de infância ao longo da história**. 1º Simpósio de integração científica e tecnológica do sul catarinense - Técnico Científico (IFSC), v.3, n. 1, (2012).

OLIVEN, RG. **Urbanização e mudança social no Brasil** . Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 60-65 p. ISBN 978-85-7982-001-4

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: **Aprendizado e Desenvolvimento: Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997. (Série Pensamento e Ação no Magistério, 4ª ed.).

PERASSA. Ivone. M. Lattes, Escavador.16 Jun/ 2019. Florianópolis. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/3160223/ivone-maria-perassa>> Acesso 18. Ago. 2019.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: editora da UFSC, 2005.

Projeto de Extensão- departamento de Jornalismo- Programa de Pós-Graduação em Jornalismo- **Escritos em Movimento-UFSC.c2019** [s.d] Disponível em:<<http://escritosemmovimento.blogspot.com/p/o-projeto-tem-como-objetivo-principal.html>>Acesso em: 20. abr. 2019.

Psicologia: Ciência e Profissão.Vol.8. n^o1.Scielo. **Meninos e meninas de rua**. c.1988 [s.d]. Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100007> Acesso em:20. abr. 2019.

Projeto de Extensão- departamento de Jornalismo- Programa de Pós-Graduação em Jornalismo- **Escritos em Movimento-UFSC.c2019** [s.d] Disponível em:<<http://escritosemmovimento.blogspot.com/p/o-projeto-tem-como-objetivo-principal.html>>Acesso em: 20. abr. 2019.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **A política de habitação popular no brasil em tempos de globalização neoliberal**. In: **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 3., 2007, São Luís. Anais. São Luís: UFMA, 2007. p. 1 - 9.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15a ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec,1988

SANTOS, Rosilene. M. **Viver na ilha da magia sem acesso a moradia: Apontamentos sobre a questão habitacional em Florianópolis. Florianópolis. TCC. UFSC.2015**

SILVEIRA, Denise Tolfo. Córdova, Fernanda Peixoto. **Métodos de pesquisa.** Editora da UFRUGS. Ed. N°1, p.12,31-35. Porto Alegre, 2009.

SILVA, Marliange da. **A Experiência do Programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes: Uma Análise da Participação Social.** Dissertação de Mestrado do Curso Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SILVA, Ana Marcia Lopes. **Análise histórica da migração e organização das comunidades de periferia em Florianópolis, da década de 80 aos dias atuais.** Monografia. Univali. Itajaí.1993.

Stürmer. Artur. B. Costa Benhur. P.**Território: aproximações a um conceito-chave da geografia.** Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.3, p. 50-60 UFSM

SUGAI, Maria. I. **SEGREGAÇÃO SILENCIOSA: investimentos públicos e distribuição sócio espacial na área conurbada de Florianópolis.** V.1. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. 2002.p.28-46

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência:** Difel, 1983.